

Ata

**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 22 DE JULHO DE 2025**

Em 22 de julho de 2025, às 9h30, reuniram-se o Plenário do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio e Baixo Jequitinhonha – CBHJQ3, de forma híbrida, sendo o local presencial da reunião a sede da Nova Ambaj, situada à Avenida Carlyle Guimarães Cardoso, nº 127, Bairro Teresa Cristina na cidade de Almenara, Estado de Minas Gerais e por videoconferência através do link: [https://teams.microsoft.com/join/19%3ameeting\\_YWlyMjA2YjAtYTVjMy00M2EyLTlkYWetYjE4ZGI3OTA2OGVj%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22924f9847-242e-4a9a-8913-9e43649b9eaa%22%2c%22Oid%22%3a%22cea759d6-f923-4fc2-9889-d0b2b47f464b%22%7d](https://teams.microsoft.com/join/19%3ameeting_YWlyMjA2YjAtYTVjMy00M2EyLTlkYWetYjE4ZGI3OTA2OGVj%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22924f9847-242e-4a9a-8913-9e43649b9eaa%22%2c%22Oid%22%3a%22cea759d6-f923-4fc2-9889-d0b2b47f464b%22%7d).

Participaram da reunião no modo presencial os seguintes conselheiros titulares e suplentes: **Luiz Claudio Pena Ferreira e Robspierre Ferraz de Sousa** representantes do poder público estadual; **Felipe de Oliveira Santos, Alex Jardim de Carvalho e Aécio José da Silva** representantes do poder público municipal; **Evina Teixeira da Cruz e Valquírio Cirino de Almeida**, representantes de entidades da sociedade civil. Participaram da reunião por videoconferência os seguintes conselheiros titulares e suplentes: **Emerson Gonçalves dos Santos, Maria José Letícia Carrisa Leite, Renata Alves de Sousa Campos, João Batista dos Santos e Minervino Afonso dos Santos Neto** representantes do poder público estadual; **Emanuele Mares Oliveira**, representante do poder público municipal; **Laila Tupinambá Mota e Tarcísio Rodrigues Ramos de Souza**, representantes dos usuários de recursos hídricos; **Ricardo Rodrigues de Oliveira**, representante de entidades da sociedade civil. A reunião na forma presencial contou a participação dos seguintes prefeitos e/ou representantes municipais e convidados: **Abinaldo Oliveira Botelho**, prefeito de Joaíma; **Adimilson Antunes de Almeida**, prefeito de Rio do Prado; **Etilene de Oliveira Lima**, Chefe de Gabinete de Santa Maria do Salto; **Eduardo de Oliveira Brasileiro**, Prefeito de Almenara; **Edemark Pinheiro de Almeida Ruas**, Prefeito de Santo Antônio do Jacinto; **Márcio Ferreira Souto**, Prefeito de Pedra Azul; **Dionísio Pereira**, representando o Prefeito de Felisburgo; **Leonardo Augusto de Souza**, Prefeito de Jacinto; **Arlécio Jardim**, Secretário de Administração de Mata Verde; **Leonardo Santos Menezes**, Chefe de Gabinete de Rubim; **Ellen Santana Conceição**, Chefe de Gabinete de Monte Formoso, **Maxuel Bonfim Torres**, Prefeito de Jordânia; **Marcio Pereira Silva**, Vice-Presidente da Câmara municipal de Medina; **Fabiana Francisca de Souza**, Secretária Municipal de Agricultura de Meio Ambiente do município de Jacinto e **Alanna Ferreira Ruas Lacerda**, Secretária Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente na cidade de Jordânia, MG. A forma virtual contou com as seguintes participações de representantes do IGAM: **Rosangela Pereira dos Santos, Jeane Sabrina Maia, Maria de Lourdes Amaral Nascimento e Camila Cândida Zanon Gomes**. Após a verificação do quórum, o vice-presidente Alex Jardim de Carvalho anunciou a abertura da terceira reunião ordinária de 2025 do CBHJQ3 dando boas vindas e agradecendo a presença de todos os conselheiros e

demais convidados presentes e realizou uma breve apresentação sobre o que é o CBHJQ3. Em seguida, o vice-presidente solicitou a apresentação de todos os conselheiros e convidados que estavam participando na forma virtual e presencial da reunião. No momento de sua apresentação a conselheira Emanuele Mares, aproveitou a oportunidade para dizer que faz parte do comitê JQ3 desde 2008, representando a Prefeitura Municipal de Jordânia e realizou uma pequena correção de uma das falas do vice-presidente Alex, onde ela retificou que o CBHJQ3 possui 34 municípios, que é desde o município de Taiobeiras até o município de Salto da Divisa e ressaltou a enorme extensão territorial que o comitê possui e lembrou que não é a primeira vez que o Comitê realiza uma reunião conjunta com a Nova Ambaj, pois em 2011 foi realizada uma reunião junto à Nova Ambaj para construir o Plano Diretor, em 2012 para apresentar os resultados e em 2014 para entregar na mão de cada prefeito o bem mais precioso que a bacia possui que é o estudo dela: o Plano Diretor. Na oportunidade ressaltou que se todo prefeito utilizasse o Plano, executando todas as ações de necessidades da bacia que tem escrito nele, os municípios mudariam sua realidade ambiental. Em seguida, em conformidade com a pauta da reunião que seria a leitura e aprovação das atas das reuniões ocorridas nos dias 11/04/2025 e 12/06/2025 e a aprovação da DN Ad Referendum CBHJQ3 Nº 04/2025, de 03 de Julho de 2025 que retifica a Comissão Eleitoral para o Processo Eleitoral Complementar com vistas à recomposição e formação de cadastro de reserva no CBHJQ3, Gestão (2023/2027) e para o processo eleitoral da Diretoria gestão (2025/2027), foi decidido que será marcada uma reunião extraordinária para a realização das aprovações de tais documentos. Em sequência, através de videoconferência, **Camila Cândida Zanon Gomes** que atua na **Gerência de Instrumentos Econômicos de Gestão – GECON**, realizou uma apresentação sobre a “Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos no Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio e Baixo Jequitinhonha”, a mesma iniciou sua apresentação falando que cobrança é um dos instrumentos de gestão elencado na Lei Estadual nº 13.199, de 1999, que é a política estadual de recursos hídricos e a cobrança é baseada num princípio de direito ambiental, esse princípio fala que aquele que se utilizar de um bem público deve arcar com os gastos e os custos dessa utilização. Durante sua apresentação foram detalhados os dispositivos legais vigentes, os critérios de cálculo de cobrança, os mecanismos de repasse aos municípios, o sistema e as possibilidades de aplicação dos recursos em projetos de saneamento, conservação ambiental e revitalização de nascentes. Os prefeitos que estavam participando da reunião de forma presencial demonstraram grande interesse no tema, através de diversos questionamentos. O vice-presidente Alex Jardim, perguntou a respeito do recurso advindo das outorgas das companhias de água Copasa e Copanor, tendo em vista que as mesmas precisam ser revisadas, pois estão defasadas. Após esse questionamento a conselheira Emanuele Mares, complementou a fala de Camila dizendo que o comitê apenas delibera e normatiza. Ele não tem a competência de rever a outorga. O que ele pode fazer é mandar um ofício para os órgãos competentes para que os órgãos competentes revejam isso. O prefeito do município de Santo Antônio do Jacinto, senhor Edemark Pinheiro de Almeida Ruas, perguntou se as cidades que vão receber os recursos seriam pela quantidade de território ou por habitantes. Mais uma vez a conselheira Emanuele Mares, respondeu dizendo que o município não recebe o dinheiro da cobrança. O dinheiro da cobrança vai para uma agência que vai gerir isso e o município consegue esse dinheiro através dos editais, editais esses que podem ser para a recuperação de nascentes

e etc, pois o município vai disputar o edital, assim como associações que estiverem aptas a disputarem também irão, e se o município conseguir aquele dinheiro vai ser para ele fazer aquilo que estava previsto no edital, tendo em vista que o dinheiro não é direcionado para município, é direcionado para o território e ainda frisou que independente de qualquer coisa, existe prazos e ela diz isso por ser conselheira do conselho estadual, pois tem coisas que são aprovadas pelo conselho, sendo assim não é um processo rápido. O vice-presidente, Alex Jardim, disse que irá providenciar para que tudo ocorra o mais rápido possível, respeitando todos os prazos vigentes. O conselheiro Luiz Claudio, complementando a fala da conselheira Emanuele, disse que os editais trazem requisitos para o município conseguir aderir, por isso existe um prazo para os municípios se organizarem e nesse período é importante os municípios realizarem os levantamentos de suas nascentes, áreas degradadas para recuperar, situação do saneamento público e etc. Maria de Lourdes Amaral Nascimento pediu a palavra e se apresentou dizendo que é Gerente da Gerência de Apoio aos Comitês de Bacias Hidrográficas e Articulação à Gestão Participativa – GECBH e complementou as falas de Camila e Emanuele, dizendo que as cobranças vêm do número de outorgas, destacou que todos os empreendimentos outorgados estão sujeitos a cobrança pelo uso de recursos hídricos e informou que a partir do momento que esse valor for pago e esse valor entrar no caixa do CBHJQ3, para ser aplicado na bacia é necessário instituir na região uma agência de bacia ou entidade equiparada a ela e frisou que na região de abrangência do CBHJQ1, CBHJQ2, CBHJQ3, CBH do Rio Mucuri, CBH do Rio São Mateus e CBH do Rio São Pardo, não possuem entidade equiparada, porém ela ressaltou que já estão com uma reunião agendada com as diretorias desses comitês para conversar sobre todos os trâmites e tratativas para ter uma entidade equiparada. Após a fala de Maria de Lourdes, o vice-presidente Alex Jardim, informou que o Plano Diretor do CBHJQ3 será enviado para todas as prefeituras que compõem a Bacia. Na oportunidade o vice-presidente também relatou que pretende realizar uma reformulação no plano diretor, tendo em vista que o mesmo está desatualizado e frisou mais uma vez que é necessário rever as outorgas de água das companhias de distribuição de água. O vice-presidente também falou que é preciso trabalhar em conjunto com os técnicos da área ambiental dos municípios e sugeriu que posteriormente seja marcada uma reunião junto a eles, para debater sobre o assunto. Alex Jardim, também propôs montar uma cartilha ou uma espécie de manual com as informações já catalogadas para que cada secretaria dos municípios possam se organizar e ressaltou que isso é algo que precisa ser amadurecido e conscientizado dentro dos municípios, para que o projeto seja eficaz e possa acontecer. Tendo em vista que a reunião estava ocorrendo apenas com a participação dos prefeitos e/ou seus representantes do Baixo Jequitinhonha, o vice-presidente se comprometeu a entrar em contato com as prefeituras do Médio Jequitinhonha para poder estar aproximando os mesmos do Comitê e enviar o Plano Diretor. Dando continuidade a reunião, o conselheiro Luiz Claudio Pena Ferreira, supervisor regional do IEF/ URFBio Nordeste, realizou uma apresentação sobre o SISEMA, que é o sistema estadual de meio ambiente de Minas Gerais, e falou sobre as áreas de atuação do Instituto Estadual de Florestas. Em sua apresentação Luiz Cláudio mencionou sobre as capacitações realizadas pelo IEF, a aplicação prática de projetos e a importância da implantação dos mesmos. Na oportunidade ainda mencionou que a questão da água no Vale do Jequitinhonha é muito urgente, pois ele está à frente negativamente no déficit hídrico, porém o estado possui as ferramentas e o apoio técnico,

mas para isso dar certo é preciso um trabalho coletivo e o principal fator para que isso aconteça é as prefeituras e secretários terem foco nesse objetivo. Durante a apresentação, o conselheiro Aécio José da Silva, pediu a palavra para falar a respeito da pulverização de agrotóxicos com drones, pois após isso todas as pessoas estão consumindo veneno e por esse motivo está aumentando o número de casos de infarto. O conselheiro Luiz Claudio finalizou sua apresentação e não havendo outros assuntos a serem tratados, o vice-presidente Alex Jardim de Carvalho declarou encerrada a sessão da qual foi lavrada essa ata.



Documento assinado eletronicamente por **Alex Jardim de Carvalho, Vice-Presidente (a)**, em 20/08/2025, às 11:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **119230687** e o código CRC **FB1AA6D7**.

**Referência:** Processo nº 2240.01.0004675/2025-74

SEI nº 119230687